



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Sessões de 21 e 28 de novembro de 2017

Informativo

Decisões TCDF nº 36/2017

O texto apresentado neste informativo é um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência a partir dos votos dos relatores.

Trata-se do posicionamento do TCDF nas matérias abordadas por ocasião dos julgamentos e que conduziram às decisões referenciadas.

Necessário lembrar que aqui se trata somente da fase do julgamento que levou à decisão atual e não do processo como um todo.

As teses constantes deste informativo não representam o texto exato da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial.

Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.

Serviço de Jurisprudência

jurisprudencia@tc.df.gov.br

Sumário

CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. APLICAÇÃO DE MULTA. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. DEFESA PRÉVIA DO RESPONSÁVEL.

LICITAÇÃO

1. CONTRATO. SOBREPREÇO. PESQUISA DE PREÇO. VALORES COTADOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE ENTIDADES PÚBLICAS. PREÇO DE MERCADO. VANTAGEM NA CONTRATAÇÃO.
2. LICITAÇÃO E CONTRATO. OUTORGA DE GESTÃO DE BEM PÚBLICO. REFORMA E CONSTRUÇÃO NA ÁREA CONCEDIDA. CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO. CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA. MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA.
3. LICITAÇÃO.FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA NA ANÁLISE DE EDITAL E DE MINUTA DE CONTRATO. INCLUSÃO DO PARECER JURÍDICO NOS AUTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.
4. LICITAÇÃO. ALTERAÇÃO DE MODALIDADE LICITATÓRIA. AVALIAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA. REGISTRO DE EMPRESA. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA.
5. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. FASE EXTERNA DA LITACÃO. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. PREÇO DE REFERÊNCIA. PREÇO MÁXIMO PARA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.

PESSOAL

1. PESSOAL. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ ANTERIOR AO ÓBITO. HABILITAÇÃO TARDIA DE NOVO BENEFICIÁRIO.
2. PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO MÉDICO INTERNO. ALUNO APRENDIZ. MÉDICO ESTAGIÁRIO BOLSISTA.
3. PESSOAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE EXERCÍCIO EM ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. SERVIDOR CEDIDO. SEMELHANÇA DE ATRIBUIÇÕES.
4. PESSOAL. JORNADA DE TRABALHO. HORÁRIO ESPECIAL. CÔNJUGE. DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO.

PROCESSUAL

1. PROCESSUAL. VERDADE MATERIAL. PRODUÇÃO DE PROVAS.
2. PROCESSUAL. IRREGULARIDADE NO PROCESSAMENTO DOS AUTOS. QUESTÃO DE ORDEM. DEVIDO PROCESSO LEGAL.
3. PROCESSUAL. ADMISSÃO DE AMICUS CURIAE. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DO AMICUS CURIAE. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUSTENTAÇÃO ORAL.
4. PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. DESCUMPRIMENTO. PENALIZAÇÃO. INSPEÇÃO. ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES. DETERMINAÇÃO COERCITIVA.
5. PROCESSUAL. DETERMINAÇÕES DO TCDF. ENVIO DE INFORMAÇÕES.
6. PROCESSUAL. IRREGULARIDADE EM REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. SUSPENSÃO DOS AUTOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. RITO PROCESSUAL PRÓPRIO NO TCDF.



CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ANUAL – TCA. APLICAÇÃO DE MULTA. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. DEFESA PRÉVIA DO RESPONSÁVEL.

“É desnecessário novo contraditório quando, em processos de contas anuais, os fatos que fundamentam a condenação já foram considerados irregulares pelo Tribunal nos processos originais após regular defesa prévia”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 4572/2005. Decisão nº 5765/2017.](#)

Precedente TCU: [Acórdão 1374/2015–P](#) e [Súmula 288](#).

Nota: Ver Decisões TCDF nºs [3462/2017](#), [2576/2017](#), [2069/2016](#), [533/2016](#), [484/2016](#), nas quais o Tribunal entendeu que o julgamento de contas anuais requer a audiência prévia do responsável para que se manifeste acerca do reflexo, em suas contas, dos fatos que ensejaram a aplicação da penalidade ou da imputação de débito ante a possibilidade de os fatos apurados acarretarem o julgamento pela irregularidade das contas.

LICITAÇÃO

1. CONTRATO. SOBREPREÇO. PESQUISA DE PREÇO. VALORES COTADOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE ENTIDADES PÚBLICAS. PREÇO DE MERCADO. VANTAGEM NA CONTRATAÇÃO.

A existência de preços públicos registrados inferiores ao preço efetivamente contratado não configura, por si só, a ocorrência de sobrepreço, cuja comprovação requer elementos adicionais de convicção a demonstrar que o ajuste não é vantajoso economicamente.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 8032/2013. Decisão nº 5744/2017.](#)

2. LICITAÇÃO E CONTRATO. OUTORGA DE GESTÃO DE BEM PÚBLICO. REFORMA E CONSTRUÇÃO NA ÁREA CONCEDIDA. CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO. CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA. MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA.

1. Admite-se a celebração de contrato de concessão de uso de bem público para a outorga de uso e gestão de área pública (terreno e edificações), ainda que se exija do particular a realização de reforma das instalações já existentes, obras de infraestrutura e construção de novas edificações. Neste caso, o objetivo principal do contrato é o uso e a gestão da área pelo contratado. As reformas e construções destinam-se a promover as melhorias perseguidas pela Administração e a conferir viabilidade econômica ao objeto principal, mas não podem constituir, essencialmente, o objetivo principal da delegação, já que nesse caso, seria exigível a realização de concessão de obra pública.

2. A concessão de uso de bem público que envolva a realização de investimento pelo parceiro privado requer a elaboração de modelagem econômico-financeira pelo poder concedente que fundamente a definição do montante mínimo a ser pago pelo parceiro privado e o prazo da outorga, de modo a possibilitar a amortização dos investimentos e a aferição de lucro razoável (e não exorbitante) ao concessionário, levando-se em conta as receitas e despesas previstas.

3. A concessão de uso de bem público não se sujeita ao cumprimento da [Resolução TCDF nº 290/2016](#) por ausência de expressa referência na norma.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 9758/2017-e. Decisão nº 5685/2017.](#)

Precedentes TCDF (item 1): Decisões nºs [131/2003](#), [5530/2016](#).

3. LICITAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA NA ANÁLISE DE EDITAL E DE MINUTA DE CONTRATO. INCLUSÃO DO PARECER JURÍDICO NOS AUTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.

O parecer jurídico que aprova minuta de edital deve ser devidamente fundamentado a partir do exame de todos os elementos relativos à contratação, não podendo ser substituído por documento que se limite a



aprovar a minuta de edital sem qualquer fundamentação técnica acerca da contratação pretendida. (Inciso VI do art. 38 da [Lei nº 8.666/1993](#)).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 24065/2017-e. Decisão nº 5629/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 381/2017.](#)

4. LICITAÇÃO. ALTERAÇÃO DE MODALIDADE LICITATÓRIA. AVALIAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA. REGISTRO DE EMPRESA. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA.

1. A alteração da modalidade licitatória após a publicação do edital só é possível se houver a revogação do certame, com a apresentação das devidas justificativas, e a realização de um novo procedimento licitatório.

2. O tempo de atuação ou de registro do licitante em conselho profissional não pode ser utilizado como critério de avaliação de experiência e capacidade técnica, visto que a perenidade ou a antiguidade de registro da empresa não guarda, necessariamente, pertinência direta com a aptidão profissional do proponente para a realização dos serviços que serão contratados.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 33854/2017-e. Decisão nº 5627/2017.](#)

Precedentes TCU (item 2): Acórdãos nºs [2028/2005-P](#), [264/2006-P](#), [210/2011-P](#).

5. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. PREÇO DE REFERÊNCIA. PREÇO MÁXIMO PARA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.

1. 'A Administração não está obrigada a anexar ao edital a planilha orçamentária elaborada na fase interna da licitação quando os valores adotados representarem apenas critérios administrativos de adjudicação, sem repercussão na fase de lances, devendo, entretanto, fazê-la constar obrigatoriamente nos autos do processo administrativo e informar aos licitantes os meios pelos quais poderão ter acesso à planilha de preços'.

2. "Na hipótese de o preço de referência (preço estimado) ser utilizado como critério de aceitabilidade de preços (preço máximo), a divulgação da planilha de preços torna-se obrigatória, consoante os termos do art. 40, incisos VII e X, da [Lei 8.666/1993](#) e art. 3º, inciso I c/c art. 4º, inciso III, da [Lei 10.520/2002](#)".

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 16631/2017-e. Decisão nº 5625/2017.](#)

Precedentes:

Item 1: TCDF: [Decisão nº 763/2017](#); TCU: Acórdãos nºs [2080/2012-P](#), [392/2011-P](#), [1248/2009-P](#), [114/2007-P](#), [1935/2006-P](#).

Item 2: TCDF: [Decisão nº 763/2017](#); TCU: Acórdãos nºs [10051/2015-II](#), [392/2011-P](#).

PESSOAL

1. PESSOAL. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ ANTERIOR AO ÓBITO. HABILITAÇÃO TARDIA DE NOVO BENEFICIÁRIO.

1. A concessão de pensão por morte a filho inválido requer a comprovação de que a invalidez é preexistente ao óbito do instituidor do benefício, sendo desnecessária a demonstração de dependência econômica.

2. A comprovação do direito à pensão após o reconhecimento de outros beneficiários, conhecida como habilitação tardia, produz efeitos a partir do requerimento.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 3991/1996. Decisão nº 5813/2017.](#)

Precedentes TCDF: Item 1: [Decisão nº 802/2017](#). Item 2: [Decisão nº 1912/2013](#).



2. PESSOAL. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO MÉDICO INTERNO. ALUNO APRENDIZ. MÉDICO ESTAGIÁRIO BOLSISTA.

Em sede de Consulta, o Tribunal decidiu que:

“I - o tempo de serviço prestado como aluno médico interno, considerado, no caso, aluno aprendiz, poderá ser averbado:

a) para todos os efeitos, desde que, conforme reiteradas decisões desta Corte, o servidor tenha sido admitido em quadro de pessoal do Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, antes da vigência local da [Lei nº 8.112/90](#);

1 - o tempo de aluno médico interno seja também anterior à vigência, no Distrito Federal, da referida lei;

2 - o serviço tenha sido prestado, de forma não eventual, a órgão ou entidade pública, mediante comprovada retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária específica, admitindo-se essa retribuição sob a forma de alimentação e uniforme;

3 - o tempo seja comprovado por certidão específica expedida por órgão ou entidade pública ao qual o serviço tenha sido prestado;

b) apenas para aposentadoria e disponibilidade, se:

1 - preenchidos os requisitos indicados na alínea anterior, nºs 1, 2 e 3, o servidor tenha sido admitido no Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, na vigência local da [Lei nº 8.112/90](#);

2 - o tempo de aluno médico interno tenha sido prestado já na vigência da referida lei, comprovado mediante certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

II - o tempo de serviço prestado na condição de médico estagiário bolsista, admitido em instituição filantrópica de prestação de serviço de saúde, bem como de bolsista de iniciação científica do CNPq, poderá ser averbado somente à vista de certidão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).”

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 32700/2017-e. Decisão nº 5808/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 10663/1998.](#)

3. PESSOAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO DE EXERCÍCIO EM ATIVIDADE ESTRITAMENTE POLICIAL. SERVIDOR CEDIDO. SEMELHANÇA DE ATRIBUIÇÕES.

“Na análise dos pedidos de cômputo do tempo de serviço prestado na condição de cedido como sendo tempo estritamente policial, devem ser levadas em consideração as funções desempenhadas no órgão cessionário, contrapondo-as com aquelas desempenhadas na própria Polícia Civil”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 12610/2017-e. Decisão nº 5749/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 4527/2013.](#)

4. PESSOAL. JORNADA DE TRABALHO. HORÁRIO ESPECIAL. CÔNJUGE. DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO.

‘A concessão de horário especial para servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência deve observar o disposto na [Lei Complementar distrital nº 928](#), de 26.7.2017’.

Nota: [Lei Complementar n.º 928](#), de 26.07.2017, altera o art. 61 da [Lei Complementar nº 840](#), de 23 de dezembro de 2011:

“Art. 1º O art. 61 da [Lei Complementar nº 840](#), de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. Pode ser concedido horário especial ao servidor:

I - com deficiência ou com doença falciforme;

II - que tenha cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme;



III - matriculado em curso da educação básica e da educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da unidade administrativa, sem prejuízo do exercício do cargo;

IV - na hipótese do art. 100, § 2º.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, o horário especial consiste na redução de até 20% da jornada de trabalho e sua necessidade deve ser atestada por junta médica oficial.

§ 2º Nos casos dos incisos III e IV, é exigida do servidor a compensação de horário na unidade administrativa, de modo a cumprir integralmente o regime semanal de trabalho.

§ 3º O servidor estudante deve comprovar, mensalmente, a sua frequência escolar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 23420/2016-e. Decisão nº 5654/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 4337/2017.](#)

PROCESSUAL

1. PROCESSUAL. VERDADE MATERIAL. PRODUÇÃO DE PROVAS.

‘É de responsabilidade do Recorrente produzir as provas que julgar necessárias para comprovar as suas alegações e não do Tribunal’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 22719/2014. Decisão nº 5706/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 1191/2016.](#)

2. PROCESSUAL. IRREGULARIDADE NO PROCESSAMENTO DOS AUTOS. QUESTÃO DE ORDEM. DEVIDO PROCESSO LEGAL.

A indicação de possíveis irregularidades no processamento dos autos por interessado que possam caracterizar nulidades ensejadoras de saneamento dos vícios suscitados deve ser admitida como “questão de ordem”, em homenagem ao princípio do devido processo legal.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 2228/2003. Decisão nº 5695/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 2043/2017.](#)

3. PROCESSUAL. ADMISSÃO DE AMICUS CURIAE. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DO AMICUS CURIAE. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUSTENTAÇÃO ORAL.

Admite-se o ingresso de interessado na condição de *amicus curiae* nos processos que tramitam nesta Corte, considerando a relevância da matéria, sua especificidade ou sua repercussão social, nos termos do art. 138 do [CPC](#), com todas as prerrogativas legais vinculadas a essa figura processual, incluindo a possibilidade de opor embargos de declaração e de realizar sustentação oral.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 9758/2017-e. Decisão nº 5685/2017.](#)

Precedentes: TCDF: [Decisão nº 1177/2017](#); TCU: [Acórdão nº 1659/2016 –P.](#)

Nota: Art. 138 do [CPC](#):

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.



§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do amicus curiae.

§ 3º O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas”.

4. PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. DESCUMPRIMENTO. PENALIZAÇÃO. INSPEÇÃO. ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES. DETERMINAÇÃO COERCITIVA.

1. A concessão de prazo a jurisdicionado ou interessado para apresentação de esclarecimentos em representação, conforme previsto no § 7º, do art. 230 do [RI/TCDF](#) (Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016), não possui natureza coercitiva, sendo portanto, descabida a penalização em decorrência do seu descumprimento.

2. “(...) a inspeção é instrumento adequado para se “**obter dados ou informações** preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou **representações**” (*negrito original*). Nesse caso, a sonegação de documentos e informações requeridas pelo Tribunal sujeita-se às penalidades previstas no art. 57, incisos V e VI, da [LO/TCDF](#).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 3792/2017-e. Decisão nº 5656/2017.](#)

Precedentes TCDF (item 1): Decisões nºs [46/2017](#), [2682/2015](#).

5. PROCESSUAL. DETERMINAÇÕES DO TCDF. ENVIO DE INFORMAÇÕES.

‘A relação deste Tribunal de Contas se dá com o Órgão jurisdicionado como um todo e não com cada um dos seus setores, isoladamente, devendo o gestor do órgão ou entidade, antes do envio de informações à Corte, realizar análise crítica dos dados remetidos por cada um de seus departamentos, a fim de evitar o encaminhamento de respostas que não atendam às determinações emitidas’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 6040/2017-e. Decisão nº 5644/2017.](#)

6. PROCESSUAL. IRREGULARIDADE EM REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. SUSPENSÃO DOS AUTOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. RITO PROCESSUAL PRÓPRIO NO TCDF.

‘As normas processuais gerais somente se aplicam a esta Corte de Contas de forma subsidiária, no caso de lacuna legal ou normativa’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 6228/2017. Decisão nº 5621/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1612/2017](#), [2027/2016](#).

